



ANTONIAZZI, A. *Por que o panorama religioso no Brasil mudou tanto?* São Paulo: Paulinas, 2004.

Erik Dorff Schmitz*

Nesse livro de texto sucinto e claro, Padre Antoniazzi nos ensina a captar a complexidade do fenômeno da mudança de panorama religioso no Brasil, e especialmente a dificuldade por parte da Igreja em enfrentar em tempo os desafios das periferias das grandes cidades e das enormes migrações. Preocupa-se não só com as alterações numéricas da população católica, mas com o crescimento dos que se declaram “sem religião” e que se tornaram, depois de católicos e evangélicos, o terceiro grupo mais religioso.

O autor mostra que os resultados do Censo 2000 relativos às religiões foram divulgados há bastante tempo, mas a discussão sobre as mudanças registradas foi pequena. Entre 1991 e 2000, a porcentagem de católicos caiu de 83,3% para 73,9%, a dos evangélicos cresceu de 9% para 15,6% e a dos “sem religião” subiu de 4,7% para 7,4%. Talvez a razão desse silêncio seja a complexidade do assunto e até a surpresa. De fato, a diversidade religiosa no Brasil é impressionante e a tentativa de discernir as causas das mudanças não é tarefa fácil, segundo o autor.

Antes de abordar temas específicos deve-se procurar um olhar de conjunto sobre o fenômeno da diversidade religiosa. O Brasil até os anos 70 parecia um país católico, onde a religião católica não era só a da maioria, mas quase monopolizava crenças e atitudes religiosas. Porém, como sabemos, o número de católicos diminuiu e cresceu o número de evangélicos ou dos “sem religião”. O processo não se deu com a mesma intensidade em todo o Brasil. Em 1980, o único Estado com alto índice de diversidade religiosa é Rondônia. Outras áreas do Norte do País (a Amazônia) mostram também uma tendência, ainda inicial, no sentido da maior diversificação. Aos católicos acrescentam-se especialmente

* Mestrando em Literatura pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), de Florianópolis. Bacharelado em Filosofia (Faculdade São Luiz (FSL), Brusque, 2011). Bacharelado em Teologia (Faculdade Católica de Santa Catarina (FACASC), Florianópolis, 2015).

E-mail: erik.schmitz@hotmail.com



evangélicos pentecostais. Em todos os casos, estamos diante de uma população com forte número de imigrantes, que vão ocupando áreas do território nacional até então não desbravadas.

Em 2000, a diversidade religiosa se torna relevante nas grandes metrópoles, especialmente pelo crescimento do número de pentecostais e de “sem religião”. Em geral a diversidade religiosa tende a se tornar uma realidade comum a todo o Brasil, com a exceção de três áreas: o sertão nordestino; o interior de Minas Gerais; e o interior dos estados do Sul. Essas áreas são apelidadas de “bastiões do catolicismo”.

Assim, o autor passa a se concentrar na presença de católicos e na diferente distribuição deles no país. A evidência da diversidade de situações aparece em primeiro lugar confrontando a porcentagem de católicos por Estado. Segundo o Censo os estados com maior porcentagem de católicos eram Piauí (91,3%), Ceará (84,9%) e Paraíba (84,2%), e os estados com menor porcentagem eram Rio de Janeiro (57,2%), Rondônia (57,5%) e Espírito Santo (60,9%).

Como se vê, as diferenças são muito expressivas. Mas um estudo mais detalhado dos mapas dá outras indicações preciosas. Por exemplo, o Nordeste – que apresenta o índice mais alto de católicos, na realidade apresenta porcentagens altíssimas no interior, e porcentagens fracas no litoral. Isto sugere que estamos diante de duas situações religioso-culturais bem diferentes: o catolicismo de interior tem um caráter mais penitencial e foi marcado pelas missões populares; já o litoral conserva um estilo mais festivo e menos austero. Outro núcleo de forte catolicismo é constituído pelo sul de Santa Catarina e o norte do Rio Grande do Sul.

Porém há pontos fracos no mapa. São três situações graves: Rio de Janeiro, Rondônia e Espírito Santo. Essas são áreas de imigração recente e metrópoles, como sendo problemáticas para a fixação de católicos. A respeito das metrópoles, começando pelo Norte, pode-se observar que a capital de Rondônia, Porto Velho, mesmo tendo uma porcentagem baixa de católicos (64,08%) está em situação melhor que o Estado (57,5%), o que significa porcentagens ainda mais fracas no interior. As capitais nordestinas tem todas uma porcentagem de católicos inferior à dos respectivos estados, confirmando que lá, o catolicismo é mais forte no interior. No sudeste, especialmente em Minas Gerais onde o número de católicos é bastante alto (78,8%), os pontos fracos estão nas áreas metropolitanas. O Espírito Santo é um dos estados com menor presença de católicos, mas os municípios da Região Metropolitana apresentam



índices ainda inferiores, exceto Vitória. Uma presença ainda menos numerosa de católicos encontra-se no Rio de Janeiro (60,71%). Na região metropolitana do Rio de Janeiro é muito elevada a porcentagem dos sem religião. Já São Paulo, em sua capital, tem 68,11% de católicos, e tem uma presença menos numerosa dos “sem religião” (7%). No Sul encontramos Curitiba com 70,64% de católicos, e Porto Alegre com 73,15%. E no Centro-Oeste, Goiânia tem 60,28% de católicos e 10,12% de “sem religião”. Brasília tem 66,16% de católicos e 8,04% de “sem religião”.

Dois fatos são marcantes como causas desses “pontos fracos” da Igreja Católica no Brasil: de um lado, a influência das migrações ou dos movimentos da população brasileira, que parecem ter contribuído para enfraquecer o catolicismo; por outro lado, a resposta institucional, ou seja, o esforço feito (ou não!) pela Igreja para atender melhor as populações recém-chegadas nas frentes pioneiras ou na periferia das metrópoles.

Um exemplo bastante significativo disso é Paraná e Rondônia. O Paraná teve um ritmo de crescimento demográfico diferente do resto do país. Depois de ter crescido bem acima da média entre 1960 e 1970 (63%), atraindo um forte fluxo migratório de fora, a partir de 1970 reduziu seu crescimento e se tornou “exportador” de mão-de-obra.

Na Assembleia Geral da CNBB de 2002, analisando os desafios pastorais da Igreja se levantaram algumas considerações:

O tamanho das paróquias urbanas que está acima da média nacional, já elevada. Nessa situação corre-se o risco de o povo ter um atendimento insuficiente e um esgotamento prematuro das forças físicas e espirituais do padre. Acrescenta-se ainda a advertência de que o número de católicos praticantes que permanecem, mesmo nas metrópoles, e podem ser 20 a 30% do total dos católicos, é suficiente para criar uma ilusão de ótica e levar a conclusões pastorais equivocadas. Quando o pároco tem vários milhares de católicos praticantes para cuidar, além de outros que ainda procuram certos sacramentos, o trabalho pastoral de rotina se torna tão pesado, que impede ao pároco de cuidar das novas exigências de seu público potencial.

Estas considerações sugerem que os nossos párocos, mesmo os mais abnegados, não dão conta de acompanhar, a não ser precariamente, a massa dos católicos que não praticam regularmente e mantêm apenas contatos esporádicos com a comunidade eclesial. Isto facilitaria o êxodo de católicos tradicionais para outras igrejas ou religiões.



Após ver a realidade católica, o autor passa a analisar a extrema diversidade das Igrejas Evangélicas. Estas são divididas em tradicionais ou pentecostais.

Entre os protestantes que chegaram ao Brasil, após pequenos grupos de anglicanos, ligados à presença inglesa após 1810, os imigrantes mais numerosos foram luteranos de origem alemã. Os luteranos são distribuídos muito desigualmente no território brasileiro. Concentram-se em algumas áreas do Rio Grande do Sul e no leste de Santa Catarina, no Espírito Santo e em alguns lugares de imigração recente (como Rondônia).

A grande maioria dos protestantes tradicionais no Brasil pertence aos protestantes “de missão”. Na segunda metade do século XIX, chegaram dos Estados Unidos missionários presbiterianos, batistas e metodistas. Hoje as igrejas fundadas por eles contam com um expressivo número de fiéis. A distribuição geográfica dessas igrejas é razoavelmente equilibrada, menos para os metodistas, concentrados no Sudeste, mas, com exceção dos metodistas, estão fracionadas em diversos grupos.

Uma visão geral das igrejas evangélicas de missão é dada por seu “perfil”. O perfil ressalta os traços comuns, mas esconde as diferenças, mesmo assim é interessante apresentá-lo. Ele é estabelecido com base na média nacional da população: de cada grupo religioso nos diz se apresenta características acima ou abaixo da média. Os evangélicos de missão, por exemplo, tem residência urbana acima da média. São menos presentes no meio rural. Tem um número maior de mulheres e um número menos de homens. Quanto à idade, contam com poucas crianças e um número elevado de adultos e de idosos.

Este breve quadro que o autor apresenta mostra que o mundo evangélico está muito diversificado e que não pode ser tratado por meio de generalizações. A competição entre as igrejas evangélicas tradicionais parece pequena. Os protestantes tradicionais sofreram um forte impacto pela expansão dos pentecostais, mas no último Censo mostraram sinais de progresso e recuperação de posições perdidas. No avanço da década de 90, os tradicionais, não sem conflito e divisões internas, parecem ter adotado práticas carismáticas ou renovadas, próximas do estilo pentecostal.

Com isso, podemos olhar para o avanço dos pentecostais propriamente ditos, que foram os que mais cresceram nas últimas décadas. O mundo pentecostal é ainda mais rico de expressões e variado que o protestantismo tradicional. Mas, ao mesmo tempo em que se dá um



extenso processo de fragmentação, uma tendência inversa trabalha para concentrar os pentecostais em poucas grandes igrejas, como: Assembleia de Deus, Congregação Cristã do Brasil, Igreja Universal do Reino de Deus, Evangelho Quadrangular, Deus é Amor, etc. Na realidade, 85% dos evangélicos pentecostais estão concentrados em 5 igrejas; os outros 15% estão dispersos em centenas de igrejas médias, pequenas ou minúsculas.

Estamos diante de modelos bem diferentes de pentecostalismo, o que significa também que a competição com a Igreja Católica se dá em vários campos e de muitas maneiras. Mesmo assim, é possível traçar um perfil geral dos pentecostais brasileiros, que revela alguns traços comuns.

As igrejas pentecostais, em seu conjunto, são mais urbanas que rurais, mais femininas que masculinas, tem muitas crianças, mas poucos adolescentes de 15-20 anos e, em geral, em todas as idades, estão um pouco abaixo da média. Quanto à raça ou cor, têm mais negros, pardos e indígenas que a média; tem pouquíssimos amarelos. O nível de instrução é baixo.

Mas como explicar o crescimento pentecostal? O assunto é evidentemente muito amplo e não admite respostas simplistas. O pentecostalismo influenciou também o mundo católico, particularmente a RCC. Um dado a não ser subestimado são as raízes populares do pentecostalismo. Para Ricardo Mariano, “na condição de religião cristã, a principal continuidade do pentecostalismo com a religiosidade popular brasileira consiste na crença em Jesus, demônios, milagres, mitos bíblicos, pecado, curas e intervenções sobrenaturais, feitiçarias, concepções escatológicas. Nesse sentido, geralmente também se ressalta o caráter leigo do pentecostalismo, que permite ao fiel entrar em contato com Deus sem depender da mediação eclesial. Essas semelhanças e continuidades entre a religiosidade popular e o pentecostalismo, facilitam a evangelização e a socialização dos novos adeptos das igrejas pentecostais.”

Também o caráter empresarial e as técnicas de marketing estão contribuindo para a expansão dos “neopentecostais”. Em geral, parece valer o princípio: as igrejas que mais investem recursos materiais e humanos na implantação de novas congregações tendem a crescer mais do que as que priorizam empreendimentos sem fins proselitistas imediatos, como a construção de escolas e de seminários e de escolas teológicas, como fazem as igrejas do protestantismo tradicional. Quanto maiores os incentivos para que os pastores e lideranças locais, mesmo leigas,



criem pontos de pregação e novas congregações, mais ágil, acelerado e acentuado será o crescimento denominacional.

Além disso tudo que o autor apresenta, ele mostra também que o Censo de 2000 quantificou a presença de certo número de brasileiros que não se dizem filiados nem ao catolicismo nem às igrejas evangélicas. Não seria totalmente exato falar de religiões “não-cristãs”. Algumas, certamente, são. Outras tem raízes ou influencias cristãs ou se consideram parte da família cristã.

As outras religiões, como aparecem na classificação do IBGE, representam 3,2% da população em 2000. Não há sinais de que devam crescer muito no futuro, embora exerçam certa atração também entre católicos e outros cristãos. O grupo mais numeroso é constituído pelos espíritas (1,3%) seguido das Testemunhas de Jeová (0,6%). O resto da porcentagem fica entre outras religiões mediúnicas, religiões afro, religiões orientais, judaísmo e islamismo.

No Censo de 2000, surpreendeu também o crescimento dos “sem religião”, que se tornaram – depois de católicos e evangélicos – o terceiro grupo mais numeroso, com 7,4% da população. Esta categoria é pouco conhecida e pouco estudada. Mas os dados do Censo revelam algo a seu respeito. Não se trata de uma elite, mas a maioria são pobres, que vivem em periferias metropolitanas, mas também em outras áreas. Porém “sem-religião” não significa “ateu”. Outras pesquisas encontram apenas 1 a 2% de brasileiros se declarando ateus.

Diante disso, podemos concluir que esta análise pode estar um pouco ultrapassada desde 2000 para cá, mas mostra que a diminuição da porcentagem de católicos está associada ao rápido crescimento populacional (migrações) e a lentidão ou insuficiência da resposta pastoral da própria Igreja a esse fenômeno demográfico. Muitas vezes não foram os fiéis que abandonaram a Igreja Católica, mas esta deixou sem o devido acompanhamento pastoral, importantes grupo da população. A Igreja precisa diante dessa realidade, voltar-se mais para as pessoas que vem e vão, vítimas da busca de suas necessidades básicas de vida, para acolhê-las e acompanha-las em seu desenvolvimento social e comunitário.